BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

A CRUEL PEDAGOGIA DO VÍRUS

BOITEMPO

A CRUEL PEDAGOGIA DO VÍRUS

Boaventura de Sousa Santos

A CRUEL PEDAGOGIA DO VÍRUS

Sumário

1

VÍRUS: TUDO O QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR

Existe um debate nas ciências sociais sobre ser possível conhecer melhor a verdade e a qualidade das instituições de dada sociedade em situações de normalidade, de funcionamento corrente, ou em situações excepcionais, de crise. Talvez os dois tipos de situação sejam igualmente indutores de conhecimento, mas certamente nos permitem conhecer ou ressaltar coisas diferentes. Que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do coronavírus?

A normalidade da exceção. A atual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980 – à medida que o neoliberalismo foi se impondo como a versão dominante do capitalismo e este foi se sujeitando mais e mais à lógica do setor financeiro –, o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anômala. Por um lado, a ideia de crise permanente é um oximoro, já que, no sentido etimológico, a crise é por natureza excepcional e passageira e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas. Por outro lado, quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos fatores que a provocam. Quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica todo o resto. Por exemplo, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários. E, assim,

impede que se perguntem as verdadeiras causas da crise. O objetivo da crise permanente é não ser resolvida. Mas qual é o objetivo desse objetivo? Basicamente, são dois: legitimar a escandalosa concentração de riqueza e impedir que se tomem medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica. Assim temos vivido nos últimos quarenta anos. Por isso, a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem estado sujeita. Daí sua específica periculosidade. Em muitos países, há dez ou vinte anos os serviços públicos de saúde estavam mais bem preparados para enfrentar a pandemia do que estão hoje.

A elasticidade do social. Em cada época histórica, os modos dominantes de viver (trabalho, consumo, lazer, convivência) e de antecipar ou adiar a morte são relativamente rígidos e parecem decorrer de regras escritas na pedra da natureza humana. É verdade que eles vão se alterando paulatinamente, mas as mudanças passam quase sempre despercebidas. A irrupção de uma pandemia não se compagina com tal tipo de mudanças. Exige transformações drásticas. E, de repente, elas tornam-se possíveis como se sempre o tivessem sido. Torna-se possível ficar em casa e voltar a ter tempo para ler um livro e passar mais tempo com os filhos, consumir menos, dispensar o vício de passar o tempo nos centros comerciais, olhando para o que está à venda e esquecendo tudo o que se quer, mas só se pode obter por outros meios que não a compra. A ideia conservadora de que não há alternativa ao modo de vida imposto pelo hipercapitalismo em que vivemos cai por terra. Mostra-se que só não há alternativas porque o sistema político democrático foi levado a deixar de discutir as alternativas. Como foram expulsas do sistema político, as opções entrarão cada vez mais frequentemente na vida dos cidadãos pela porta dos fundos das crises pandêmicas, dos desastres ambientais e dos colapsos financeiros. Ou seja, as alternativas voltarão da pior maneira possível.

A fragilidade do humano. A aparente rigidez das soluções sociais cria nas classes que tiram mais proveito delas um estranho sentimento de segurança. É certo que sempre sobra alguma insegurança, mas há meios e recursos para

minimizá-la – cuidados médicos, apólices de seguro, serviços de empresas de segurança, terapia psicológica, academias de ginástica. Esse sentimento de segurança combina-se com o de arrogância e até de condenação para com todos aqueles que se sentem vitimizados pelas mesmas soluções sociais. O surto viral interrompe esse senso comum e evapora a segurança de um dia para o outro. Sabemos que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mas mesmo assim cria-se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática. A etimologia do termo "pandemia" diz isto mesmo: todo o povo. A tragédia é que neste caso a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros, sem nem sequer nos tocarmos. É uma estranha comunhão de destinos. Não serão possíveis outras?

Os fins não justificam os meios. O abrandamento da atividade econômica, sobretudo no maior e mais dinâmico país do mundo, tem óbvias consequências negativas. Mas tem, também, algumas consequências positivas. Por exemplo, a diminuição da poluição atmosférica. Um especialista em qualidade do ar da agência espacial dos EUA (NASA) afirmou que nunca se tinha visto quebra tão dramática da poluição numa área tão vasta. Quererá isso dizer que no início do século XXI a única maneira de evitar a cada vez mais iminente catástrofe ecológica é via destruição massiva de vida humana? Teremos perdido a imaginação preventiva e a capacidade política para pô-la em prática?

É também conhecido que, para controlar eficazmente a pandemia, a China acionou métodos de repressão e de vigilância particularmente rigorosos. É cada vez mais evidente que as medidas foram eficazes. Acontece que a China, por mais méritos que tenha, não tem o de ser um país democrático. É bastante questionável que tais medidas pudessem ser acionadas ou acionadas com igual eficácia num país democrático. Quer isso dizer que a democracia carece de capacidade política para responder a emergências? Pelo contrário, *e Economist* mostrava no início deste ano que as epidemias tendem a ser menos letais em países democráticos devido à livre circulação de informação. Mas,

como as democracias estão cada vez mais vulneráveis às *fake news*, teremos de imaginar soluções democráticas assentes na democracia participativa no nível dos bairros e das comunidades e na educação cívica orientada para a solidariedade e a cooperação, não para o empreendedorismo e a competitividade a todo custo.

A guerra de que é feita a paz. O modo como foi inicialmente construída a narrativa da pandemia na mídia ocidental tornou evidente a vontade de demonizar a China. As más condições higiênicas nos mercados chineses e os estranhos hábitos alimentares dos chineses (primitivismo insinuado) estariam na origem do mal. Subliminarmente, o público mundial era alertado para o perigo de a China, hoje segunda economia do mundo, vir a dominar o globo. Se a China era incapaz de prevenir tamanho dano para a saúde mundial e, além disso, incapaz de superá-lo eficazmente, como confiar na tecnologia do futuro proposta pela China? Mas terá o vírus nascido na China? A verdade é que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMC), a origem do vírus ainda não está determinada. É, por isso, irresponsável que os meios oficiais dos EUA falem do "vírus estrangeiro" ou mesmo do "coronavírus chinês", tanto mais que só em países com bons sistemas públicos de saúde (os EUA não são um deles) é possível fazer testes gratuitos e determinar com exatidão os tipos de influenza ocorridos nos últimos meses. O que sabemos com certeza é que, para muito além do coronavírus, há uma guerra comercial entre a China e os EUA, uma guerra sem quartel que, como tudo leva a crer, terá de terminar com um vencedor e um vencido. Do ponto de vista dos EUA, é urgente neutralizar a liderança da China em quatro áreas: a fabricação de celulares, as telecomunicações de quinta geração (inteligência artificial), os automóveis elétricos e as energias renováveis.

A sociologia das ausências. Uma pandemia desta dimensão causa justificadamente comoção mundial. Apesar de se justificar a dramatização, é bom ter sempre presentes as sombras que a visibilidade vai criando. Por exemplo, os Médicos Sem Fronteiras alertam para a extrema vulnerabilidade

ao vírus por parte dos muitos milhares de refugiados e imigrantes detidos nos campos de internamento na Grécia. Num desses campos (campo de Moria), há uma torneira de água para 1.300 pessoas e falta sabão. Os internados não podem viver senão colados uns aos outros. Famílias de cinco ou seis pessoas dormem num espaço com menos de três metros quadrados. Isso também é Europa – a Europa invisível. Como essas condições prevalecem igualmente na fronteira sul dos EUA, também aí está a América invisível. E as zonas de invisibilidade poderão multiplicar-se em muitas outras regiões do mundo e talvez mesmo aqui, bem perto de cada um de nós. Talvez baste abrir a janela.

2

A TRÁGICA TRANSPARÊNCIA DO VÍRUS

Os debates culturais, políticos e ideológicos do nosso tempo têm uma opacidade estranha que decorre de sua distância em relação ao cotidiano vivido pela grande maioria da população, os cidadãos comuns – "*la gente de a pie*", como dizem os latino-americanos. Em particular, a política, que deveria ser a mediadora entre as ideologias e as necessidades e as aspirações dos cidadãos, tem se demitido dessa função. Se mantém algum resíduo de mediação, é com as necessidades e as aspirações dos mercados, esse megacidadão informe e monstruoso que nunca ninguém viu nem tocou ou cheirou, um cidadão estranho que só tem direitos e nenhum dever. É como se a luz que ele projetasse nos cegasse. De repente, a pandemia irrompe, a luz dos mercados empalidece e, da escuridão com que eles sempre nos ameaçam se não lhe prestarmos vassalagem, emerge uma nova claridade. A claridade pandêmica e as aparições em que ela se traduz. O que ela nos permite ver e o modo como isso for interpretado e avaliado determinarão o futuro da civilização em que vivemos. Essas aparições, ao contrário de outras, são reais e vieram para ficar.

A pandemia é uma alegoria. O sentido literal da pandemia do coronavírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível. Mas o que ela exprime vai muito além disso. Eis alguns dos sentidos que nela se manifestam. O invisível todo-poderoso tanto pode ser o infinitamente grande (o deus das religiões do livro) como o infinitamente

pequeno (o vírus). Em tempos recentes, emergiu outro ser invisível todo-poderoso, nem grande nem pequeno, porque disforme: os mercados. Tal como o vírus, é insidioso e imprevisível em suas mutações e, tal como deus (Santíssima Trindade, encarnações), é uno e múltiplo. Exprime-se no plural, mas é singular. Ao contrário de deus, "os mercados" *é* onipresente neste mundo e não no mundo do além e, ao contrário do vírus, é uma bendição para os poderosos e uma maldição para todos os outros (a esmagadora maioria dos humanos e a totalidade da vida não humana). Apesar de onipresentes, todos estes seres invisíveis têm espaços específicos de acolhimento: o vírus, nos corpos; deus, nos templos; os mercados, nas bolsas de valores. Fora desses espaços, o ser humano é um ser sem-teto transcendental.

Sujeitos a tantos seres imprevisíveis e todo-poderosos, o ser humano e toda a vida não humana de que depende são iminentemente frágeis. Se todos esses seres invisíveis continuarem ativos, a vida humana será, em breve (se já não é) uma espécie em extinção. Está sujeita a uma ordem escatológica e aproxima-se do fim. A intensa teologia que é tecida à volta dessa escatologia contempla vários níveis de invisibilidade e de imprevisibilidade. O deus, o vírus e os mercados são as formulações do último reino, o mais invisível e imprevisível, o reino da gloria celestial ou da perdição infernal. Só ascendem a ele os que se salvam, os mais fortes (os mais santos, os mais jovens, os mais ricos). Abaixo desse reino, está o reino das causas. É o reino das mediações entre o humano e o não humano. Neste reino, a invisibilidade é menos rarefeita, mas é produzida por luzes intensas que projetam sombras densas sobre esse reino. Este reino é composto por três unicórnios. Sobre o unicórnio, escreveu Leonardo da Vinci: "O unicórnio, através da sua intemperança e incapacidade de se dominar, e devido ao deleite que as donzelas lhe proporcionam, esquece a sua ferocidade e selvajaria. Ele põe de parte a desconfiança, aproxima-se da donzela sentada e adormece no seu regaço. Assim os caçadores conseguem caçá-lo". Ou seja, o unicórnio é um todo-poderoso, feroz e selvagem que, no entanto, tem um ponto fraco: sucumbe à astúcia de quem o souber identificar.

Desde o século XVII, os três unicórnios são o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São os principais modos de dominação. Para dominarem eficazmente, têm de ser, eles próprios, destemperados, ferozes e incapazes de se dominar, como adverte Da Vinci. Apesar de serem onipresentes na vida dos humanos e das sociedades, são invisíveis em sua essência e na essencial articulação entre elas. A invisibilidade decorre de um sentido comum inculcado nos seres humanos pela educação e pela doutrinação permanentes. Esse sentido comum é evidente e contraditório ao mesmo tempo. Todos os seres humanos são iguais (afirma o capitalismo); mas, como há diferenças naturais entre eles, a igualdade entre inferiores não pode coincidir com a igualdade entre os superiores (afirmam o colonialismo e o patriarcado). Esse sentido comum é antigo e foi debatido por Aristóteles, mas só a partir do século XVII entrou na vida das pessoas comuns, primeiro na Europa e depois em todo o mundo.

Ao contrário do que pensa Da Vinci, a ferocidade desses três unicórnios não assenta apenas na força bruta. Assenta também na astúcia que lhes permite desaparecer quando continuam vivos ou parecer fracos quando permanecem fortes. A primeira astúcia revela-se em múltiplas artimanhas. Assim, o capitalismo pareceu que tinha desaparecido numa parte do mundo com a vitória da Revolução Russa. Afinal, apenas hibernou no interior da União Soviética e continuou a controlá-la a partir de fora (capitalismo financeiro, contrainsurgência). Hoje, o capitalismo consegue sua maior vitalidade no seio de seu maior inimigo de sempre, o comunismo, num país que em breve será a primeira economia do mundo, a China. Por sua vez, o colonialismo simulou desaparecer com a independência das colônias europeias, mas, de fato, continuou metamorfoseado de neocolonialismo, imperialismo, dependência, racismo etc. Finalmente, o patriarcado induz a ideia de estar moribundo ou enfraquecido em virtude das vitórias significativas dos movimentos feministas nas últimas décadas, mas de fato a violência doméstica, a discriminação sexista e o feminicídio não cessam de aumentar. A segunda astúcia consiste em

surgirem capitalismo, colonialismo e patriarcado como entidades separadas que nada têm a ver umas com as outras. A verdade é que nenhum desses unicórnios em separado tem poder para dominar. Só os três em conjunto são todo-poderosos. Ou seja, enquanto houver capitalismo, haverá colonialismo e patriarcado.

O terceiro reino é o das consequências, no qual os três poderes todo-poderosos mostram sua verdadeira face. É esta a camada que a grande maioria da população consegue ver, embora com alguma dificuldade. Esse reino tem hoje duas paisagens principais onde é mais visível e cruel: a escandalosa concentração de riqueza/extrema desigualdade social; a destruição da vida do planeta/iminente catástrofe ecológica. É ante essas duas paisagens brutais que os três seres todo-poderosos e suas mediações mostram aquilo a que nos conduzem se continuarmos a assim considerá-los. Mas serão eles todo-poderosos ou a sua onipotência é apenas o espelho da induzida incapacidade dos humanos de combatê-los? Eis a questão.

A realidade à solta e a excepcionalidade da exceção. A pandemia confere à realidade uma liberdade caótica, e qualquer tentativa de aprisioná-la analiticamente fracassa porque a realidade vai sempre adiante do que pensamos ou sentimos sobre ela. Teorizar ou escrever sobre ela é pôr nossas categorias e nossa linguagem à beira do abismo. Como diria André Gide, é conceber a sociedade contemporânea e sua cultura dominante em modo de *mise en abyme.* Os intelectuais são os que mais deviam temer essa situação. Tal como aconteceu com os políticos, os intelectuais também deixaram, em geral, de mediar entre as ideologias e as necessidades e as aspirações dos cidadãos comuns. Medeiam entre si, entre suas pequenas-grandes divergências ideológicas. Escrevem sobre o mundo, mas não com o mundo. São poucos os intelectuais públicos, e também esses não escapam ao abismo destes dias. A geração que nasceu ou cresceu depois da Segunda Guerra Mundial habituou-se a ter um pensamento excepcional em tempos normais. Perante a crise pandêmica, tem dificuldades em pensar a exceção em tempos excepcionais. O

problema é que a prática caótica e fugidia dos dias foge à teorização e exige ser entendida em modo de subteorização. Ou seja, como se a claridade da pandemia criasse tanta transparência a ponto de nos impedir de ler e ainda mais de reescrever o registramos na tela ou no papel. Dois exemplos. Logo no irromper da crise pandêmica, Giorgio Agamben insurgiu-se contra o perigo da emergência de um Estado de exceção. O Estado, ao tomar medidas de vigilância e de restrição da mobilidade sob o pretexto de combater a pandemia, adquiriria poderes excessivos que poriam em causa a própria democracia. Essa advertência faz sentido e foi premonitória em relação a alguns países, nomeadamente a Hungria. Mas foi escrita num momento em que os cidadãos, tomados de pânico, constatavam que os serviços nacionais de saúde não estavam preparados para combater a pandemia e exigiam que o Estado tomasse medidas eficazes para evitar a propagação do vírus. A reação não se fez esperar, e Agamben teve de voltar atrás. Ou seja, a excepcionalidade dessa exceção não lhe permitiu pensar que há exceções e exceções e que, em face disso, teremos de distinguir no futuro não apenas entre Estado democrático e Estado de excecão, mas também entre Estado de exceção democrático e Estado de exceção antidemocrático. O segundo exemplo diz respeito a Slavoj Žižek, que na mesma altura previu que a pandemia apontava para o "comunismo global" como única solução. A proposta vinha no seguimento de suas teorias em tempos normais, mas era inteiramente descabida em tempo de exceção excepcional. Também ele teve de voltar atrás. Por muitas razões, tenho defendido que o tempo dos intelectuais de vanguarda acabou. Os intelectuais devem aceitar-se como intelectuais de retaguarda, devem estar atentos às necessidades e às aspirações dos cidadãos comuns e saber partir delas para teorizar. De outro modo, os cidadãos estarão indefesos perante os únicos que sabem falar sua linguagem e entender suas inquietações. Em muitos países, esses são os pastores evangélicos conservadores ou os imãs do islamismo radical, apologistas da dominação capitalista, colonialista e patriarcal.

3
A SUL DA QUARENTENA

Qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais que para outros. É impossível para um vasto grupo de cuidadores cuja missão é tornar possível a quarentena ao conjunto da população. Neste texto, porém, analiso outros grupos para os quais a quarentena é particularmente difícil. Eles têm em comum alguma vulnerabilidade especial que precede a quarentena e se agrava com ela. Tais grupos compõem o que chamo de sul. Na minha concepção, o sul não designa um espaço geográfico. Designa um espaço-tempo político, social e cultural. É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual. Proponho-me analisar a quarentena a partir da perspectiva daqueles e daquelas que mais têm sofrido com essas formas de dominação. E imaginar, também dessa perspectiva, as mudanças sociais que se impõem depois do término da quarentena. São muitos esses coletivos sociais. Seleciono uns poucos.

As mulheres. A quarentena será particularmente difícil para as mulheres e, em alguns casos, pode mesmo ser perigosa. As mulheres são consideradas "as cuidadoras do mundo", dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias. Dominam em profissões como enfermagem ou assistência social, que estarão na linha da frente da prestação de cuidados a doentes e idosos dentro e fora das instituições. Para garantir a quarentena dos outros, não podem

observar a sua própria. São elas também que continuam a ter a seu cargo, exclusiva ou majoritariamente, o cuidado das famílias. Postas em quarentena, poderia imaginar-se que, havendo mais braços em casa, as tarefas poderiam ser mais distribuídas. Suspeito que assim não será, em face do machismo que impera e quiçá se reforça em momentos de crise e de confinamento familiar. O aumento do número de divórcios em algumas cidades chinesas durante a quarentena pode ser um indicador do que acabo de dizer. Por outro lado, é sabido que a violência contra as mulheres tende a aumentar em tempos de guerra e de crise – e tem aumentado agora. Uma boa parte dessa violência ocorre no espaço doméstico. O confinamento das famílias em espaços exíguos e sem saída pode oferecer mais oportunidades para o exercício da violência contra as mulheres. O jornal francês *Le Figaro* noticiava, em 26 de março, com base em informações do Ministério do Interior, que a violência conjugal tinha aumentado 36% em Paris na semana anterior.

Os trabalhadores precários, informais, ditos autônomos. Depois de quarenta anos de ataque aos direitos dos trabalhadores em todo o mundo por parte das políticas neoliberais, esse grupo de trabalhadores é globalmente dominante, ainda que sejam muito significativas as diferenças de país para país. O que significará a quarentena para esses trabalhadores, que tendem a ser os mais rapidamente despedidos sempre que há uma crise econômica? No dia 23 de março, a Índia declarou quarentena por três semanas, envolvendo 1,3 bilhão de habitantes. Considerando que lá entre 65% e 70% dos trabalhadores pertencem à economia informal, calcula-se que 300 milhões de indianos ficaram sem rendimentos. Na América Latina, cerca de 50% dos trabalhadores empregam-se no setor informal. Do mesmo modo, no caso do Quênia ou de Moçambique, devido aos programas de reajustamento estrutural dos anos 1980-1990, a maioria dos trabalhadores é informal. Isso significa que eles dependem de um salário diário; mesmo os que possuem um emprego formal gozam de poucos benefícios contratuais. A indicação por parte da OMS para trabalhar em casa e em autoisolamento é impraticável, porque obriga os

trabalhadores a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome. As recomendações da OMS parecem ter sido elaboradas pensando numa classe média que é uma pequeníssima fração da população mundial. O que significa a quarentena para trabalhadores que ganham dia a dia para viver dia a dia? Arriscarão desobedecer à quarentena para dar de comer à família? Como resolverão o conflito entre o dever de alimentar a família e o dever de proteger sua vida e a vida dos seus? Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a escolha.

Os trabalhadores da rua. Estes formam um grupo específico dos trabalhadores precários. São vendedores ambulantes, para quem o "negócio" (isto é, a subsistência) depende exclusivamente da rua, de quem nela passa e da decisão dessa pessoa de lá passar, parar e comprar alguma coisa – o que é sempre imprevisível para o vendedor. Há muito tempo que os vendedores vivem em quarentena, na rua, mas na rua com gente. O impedimento de trabalhar para os que vendem nos mercados informais das grandes urbes significa que potencialmente milhões de pessoas não terão dinheiro sequer para acorrer às unidades de saúde se caírem doentes ou para comprar desinfetante para as mãos e sabão. Quem tem fome não pode ter a veleidade de comprar sabão e água a preços que começam a sofrer o peso da especulação. Noutros contextos, há os uberizados da economia informal que entregam comida e encomendas ao domicílio. São eles que garantem a quarentena de muitos, mas para isso não podem proteger-se isolados. Seu "negócio" vai aumentar tanto quanto o risco que correm.

Os sem-teto ou as populações de rua. Como será a quarentena de quem não tem casa? Os sem-teto que passam as noites nos viadutos, nas estações abandonadas de metrô ou de ônibus, nos túneis de águas pluviais ou de esgoto em tantas cidades do mundo. Nos EUA, chamam-lhes *tunnel people*. Como será a quarentena nos túneis? Não terão passado toda a vida em quarentena? Sentir-se-ão mais livres que aqueles que são agora obrigados a viver em casa? Verão na quarentena uma forma de justiça social?

Os moradores de periferias pobres das cidades, favelas, barriadas, slums, caniço etc. Segundo dados da ONU Habitat, 1,6 bilhão de pessoas não têm habitação adequada, e 25% da população mundial vive em bairros informais sem infraestruturas nem saneamento básico, sem acesso a serviços públicos, com escassez de água e de eletricidade. Vivem em espaços exíguos onde se aglomeram famílias numerosas. Em resumo, habitam a cidade sem direito à cidade, já que, vivendo em espaços desurbanizados, não têm acesso às condições urbanas pressupostas pelo direito à cidade. Sendo que muito habitantes são trabalhadores informais, enfrentam a quarentena com as mesmas dificuldades já referidas. Além disso, dadas as condições de habitação, poderão cumprir as regras de prevenção recomendadas pela OMS? Poderão manter a distância interpessoal nos espaços exíguos de habitação onde a privacidade é quase impossível? Poderão lavar as mãos com frequência quando a pouca água disponível tem de ser poupada para beber e cozinhar? O confinamento em alojamentos tão exíguos não terá outros riscos para a saúde tão ou mais dramáticos que os causados pelo vírus? Muitos desses bairros são hoje fortemente policiados e por vezes sitiados por forças militares sob o pretexto de combate ao crime. Não será esta, afinal, a quarentena mais dura para essas populações? Os jovens das favelas do Rio de Janeiro, que sempre foram impedidos pela polícia de ir aos domingos à praia de Copacabana para não perturbar os turistas, não sentirão que já viviam em quarentena? Qual é a diferença entre a nova quarentena e a original, que foi sempre seu modo de vida? Em Mathare, um dos bairros periféricos de pessoas com baixa renda em Nairobi, Quênia, 68.941 pessoas vivem em um quilômetro quadrado. Tal como em muitos contextos similares no mundo, as famílias partilham um cômodo que é cozinha, quarto e sala. Como pedir autoisolamento a eles? É possível o autoisolamento num contexto de permanente de heteroisolamento imposto pelo Estado?

Deve salientar-se que, para os moradores das periferias pobres do mundo, a atual emergência sanitária junta-se a muitas outras emergências. Segundo nos

informam companheiros e companheiras da Garganta Poderosa, um dos mais notáveis movimentos sociais de bairros populares da América Latina, para além da emergência sanitária causada pela pandemia, os moradores enfrentam várias outras emergências. É o caso da emergência sanitária decorrente de outras epidemias ainda não debeladas e da falta de atenção médica. Neste ano já foram registrados 1.833 casos de dengue em Buenos Aires. Só na Villa 21, um dos bairros pobres de Buenos Aires, registraram-se 214 casos. "Por coincidência", na Villa 21, 70% da população não tem água potável. É o caso também da emergência alimentar, porque se passa fome nos bairros, e os modos comunitários de superá-la (cantinas populares, merendas) colapsam ante o aumento dramático da procura. Se as escolas fecham, acaba a merenda escolar que garantia a sobrevivência das crianças. É finalmente o caso da emergência da violência doméstica, particularmente grave nos bairros, e da permanente emergência da violência policial e da estigmatização que ela traz consigo.

Os internados em campos para refugiados, os imigrantes indocumentados ou as populações deslocadas internamente. Segundo dados da ONU, são 70 milhões. Trata-se de populações que, em grande parte, vivem em permanente quarentena e em relação às quais a nova quarentena pouco significa enquanto regra de confinamento. Mas os perigos que enfrentam no caso de o vírus se propagar entre eles serão fatais e ainda mais dramáticos que os que enfrentam as populações das periferias pobres. Por exemplo, no Sudão do Sul, onde mais de 1,6 milhão de pessoas estão deslocadas internamente, são necessárias horas, senão dias, para chegar às unidades de saúde. As principais causas de morte são malária e diarreia, doenças para as quais já há remédios. No caso dos campos de internamento às portas da Europa e dos EUA, a quarentena causada pelo vírus impõe o dever ético humanitário de abrir as portas dos campos de internamento sempre que não for possível criar neles as mínimas condições de habitabilidade e de segurança exigidas pela pandemia.

As pessoas com deficiência. Têm sido vítimas de outra forma de dominação, para além do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado: o capacitismo. Trata-se da maneira como a sociedade as discrimina negativamente, não reconhecendo suas necessidades especiais, não lhes facilitando o acesso à mobilidade e a condições que lhes permitiriam desfrutar da sociedade como qualquer outra pessoa. De algum modo, as limitações que a sociedade lhes impõe fazem com que se sintam em quarentena permanente. Como viverão a nova quarentena, sobretudo quando dependem de quem tem de violar a quarentena para lhes prestar alguma ajuda? Como já há muito se habituaram a viver em condições de algum confinamento, sentir-se-ão agora mais livres que as pessoas "–sem deficiência" ou mais iguais em relação a elas? Verão tristemente na nova quarentena alguma justiça social?

Os idosos. Este grupo, particularmente numeroso no Norte global, é, em geral, um dos mais vulneráveis, mas sua vulnerabilidade não é indiscriminada. Aliás, a pandemia obriga-nos a uma maior precisão sobre os conceitos que usamos. Afinal, quem é idoso? Ainda segundo a Garganta Poderosa, a diferença de expectativa de vida entre dois bairros de Buenos Aires (Zavaleta, pobre, e Recoleta, nobre) é de cerca de vinte anos. Não surpreende que os líderes dessas comunidades sejam considerados de "idade madura" pela comunidade e "jovens líderes" pela sociedade em geral.

As condições de vida prevalecentes no Norte global implicaram que boa parte dos idosos fosse depositada (a palavra é dura, mas é o que é) em lares, casas de repouso, asilos. Segundo posses próprias ou da família, esses alojamentos podem ir de cofres de luxo a depósitos de lixo humano. Em tempos normais, os idosos passaram a viver nesses alojamentos como espaços que garantiam sua segurança. Em princípio, a quarentena causada pela pandemia não deveria afetar grandemente sua vida, dado viverem já em permanente quarentena. O que sucederá quando, devido à propagação do vírus, essa zona de segurança se transformar em zona de alto risco, como já acontece em Portugal e na Espanha? Estariam mais seguros se pudessem voltar

às casas onde viveram toda a vida, no improvável caso de elas ainda existirem? Os familiares que, por exclusiva conveniência própria, os alojaram em lares não sentirão remorso por sujeitar seus idosos a um risco que lhes pode ser fatal? E os idosos que vivem isolados não correrão agora um risco maior de morrer sem que ninguém dê conta? Ao menos os idosos que vivem nos bairros pobres do mundo podem morrer com a pandemia, mas não morrerão sem que ninguém dê conta. Acrescenta-se que, sobretudo no Sul global, epidemias anteriores levaram a que os idosos tivessem que prolongar sua vida ativa. Por exemplo, a epidemia da aids matou e continua a matar pais jovens, ficando os avós com a responsabilidade do agregado familiar. Se os avós morrerem, as crianças correm um risco muito alto de desnutrição e fome e, finalmente, de morte.

A lista dos que estão a sul da quarentena está longe de ser exaustiva. Basta pensar em gente encarcerada e nas pessoas com problemas de saúde mental, nomeadamente depressão. Mas o elenco selecionado mostra duas coisas. Por um lado, ao contrário do que é veiculado pela mídia e pelas organizações internacionais, a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento injusto que elas provocam. Acontece que tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a esse sofrimento.

4

A INTENSA PEDAGOGIA DO VÍRUS: AS PRIMEIRAS LIÇÕES

Lição 1. *O tempo político e midiático condiciona o modo como a sociedade contemporânea se apercebe dos riscos que corre.* Esse modo pode nos ser fatal. As crises graves e agudas, cuja letalidade é muito grande e muito rápida, mobilizam a mídia e os poderes políticos e conduzem a medidas que, no melhor dos casos, resolvem as consequências da crise, mas não afetam suas causas. Pelo contrário, as crises graves, mas de progressão lenta, tendem a passar despercebidas mesmo quando sua letalidade é exponencialmente maior. A pandemia do coronovírus é o exemplo mais recente do primeiro tipo de crise. No momento em que escrevo, já matou cerca de 40 mil pessoas. A poluição atmosférica é o mais trágico exemplo do segundo tipo de crise. Como noticia o jornal *e Guardian* de 5 de março, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a poluição atmosférica, que é apenas uma das dimensões da crise ecológica, mata anualmente 7 milhões de pessoas. Segundo a Organização Mundial de Meteorologia (OMM), o gelo da Antártida está derretendo seis vezes mais rapidamente que há quatro décadas, e o gelo da Groelândia, quatro vezes mais depressa do que se previa. Segundo a ONU, temos dez anos para evitar a elevação de 1,5 grau na temperatura global em relação à época pré-industrial – e, em qualquer caso, vamos sofrer.

Apesar de tudo isso, a crise climática não suscita uma resposta dramática e de emergência como a que a pandemia está provocando. E o pior é que, enquanto a crise da pandemia pode ser de algum modo revertida ou controlada, a crise ecológica já é irreversível e agora há apenas que procurar mitigá-la. Mas mais grave ainda é o fato de que as duas crises estão ligadas. A pandemia do coronavírus é uma manifestação entre muitas do modelo de sociedade que começou a se impor globalmente a partir do século XVII e que está hoje chegando a sua etapa final. É esse o modelo que hoje conduz a humanidade a uma situação de catástrofe ecológica. Ora, uma das características essenciais desse modelo é a exploração sem limites dos recursos naturais. Essa exploração viola de maneira fatal o lugar da humanidade no planeta Terra. Tal violação traduz-se na morte desnecessária de muitos seres vivos da mãe Terra, nossa casa comum, como defendem os povos indígenas e camponeses de todo o mundo, hoje secundados pelos movimentos ecologistas e pela teologia ecológica. Essa violação não ficará impune. As pandemias, tal como as manifestações da crise ecológica, são a punição que sofremos por tal violação. Não se trata de vingança da natureza. Trata-se de pura autodefesa. O planeta tem de se defender para garantir sua vida. A vida humana é uma ínfima parte (0,01%) da vida planetária a defender.

Lição 2. *As pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga.* É evidente que são menos discriminatórias que outras violências cometidas em nossa sociedade contra trabalhadores empobrecidos, mulheres, trabalhadores precários, negros, indígenas, imigrantes, refugiados, sem-teto, camponeses, idosos etc. Mas discriminam no que diz respeito tanto a sua prevenção como a sua expansão e sua mitigação. Por exemplo, os idosos são vítimas de darwinismo social em vários países. Grande parte da população do mundo não está em condições de seguir as recomendações da OMS para se defender do vírus, porque vive em espaços exíguos ou altamente poluídos, porque é obrigada a trabalhar em condições de risco para alimentar as famílias, porque está encarcerada em prisões ou em campos de internamento, porque não tem

sabão nem água potável ou porque a pouca água disponível é para beber e cozinhar etc.

Lição 3. *Enquanto modelo social, o capitalismo não tem futuro.* Em particular, sua versão atualmente vigente – o neoliberalismo combinado com o domínio do capital financeiro – está social e politicamente desacreditada em face da tragédia a que conduziu a sociedade global e cujas consequências são, neste momento de crise humanitária global, mais evidentes que nunca. O capitalismo poderá subsistir como um dos modelos econômicos de produção, distribuição e consumo, mas não como único – e muito menos como o que dita a lógica da ação do Estado e da sociedade. Ora, foi isso que aconteceu nos últimos quarenta anos, sobretudo depois da queda do Muro de Berlim. Impôs-se a versão mais antissocial do capitalismo. O neoliberalismo-cum-capitalismo financeiro sujeitou todas as áreas sociais – sobretudo saúde, educação e segurança social – ao modelo de negócio do capital, ou seja, a áreas de investimento privado que devem ser geridas de modo a gerar o máximo lucro para os investidores. Esse modelo põe de lado qualquer lógica de serviço público e, com isso, ignora os princípios de cidadania e de direitos humanos. Deixa para o Estado, ou para clientelas pouco solventes (muitas vezes, a maioria da população), apenas as áreas residuais, ou seja, as que não geram lucro. Por opção ideológica, seguiu-se a demonização dos serviços públicos (o Estado predador, ineficiente ou corrupto); a degradação das políticas sociais ditada pelas políticas de austeridade sob o pretexto da crise financeira do Estado; a privatização dos serviços públicos e o subfinanciamento dos que restaram por não interessarem ao capital. E chegamos a nossos dias com os Estados sem capacidade para responder eficazmente à crise humanitária que assola seus cidadãos. A fratura entre a economia da saúde e a saúde pública não podia ser maior. Os governos com menos lealdade ao ideário neoliberal são os que atuam mais eficazmente contra a pandemia, independentemente do regime político. Basta mencionar Taiwan, Coreia do Sul, Singapura e China.

No atual momento de choque, as instituições financeiras internacionais (FMI, BM), os bancos centrais e o Banco Central Europeu incitam os países a se endividarem – mais do que já estão endividados – para arcar com os gastos de emergência, ainda que lhes permitam alargar os prazos de pagamento. O futuro proposto por essas instituições só escapará aos mais distraídos: o pós-crise será dominado por mais políticas de austeridade e maior degradação dos serviços públicos onde isso ainda for possível.

É aqui que a pandemia opera como um ponto de vista privilegiado de análise. Os cidadãos sabem agora o que está em causa. Haverá mais pandemias no futuro, provavelmente mais graves, e as políticas neoliberais continuarão a minar a capacidade do Estado para responder a elas, deixando as populações cada vez mais indefesas. Só será possível interromper tal ciclo infernal interrompendo-se o capitalismo.

Lição 4. *A extrema direita e a direita hiperneoliberal ficam definitivamente descreditadas (espera-se).* A extrema direita tem crescido um pouco por todo o mundo. Caracteriza-se pela pulsão antisistema, pela manipulação grosseira dos instrumentos democráticos, incluindo o sistema judicial, o nacionalismo excludente, a xenofobia e o racismo, a apologia do Estado de exceção securitário, o ataque à investigação científica independente e à liberdade de expressão, a estigmatização dos adversários concebidos como inimigos, o discurso de ódio, o uso das redes sociais para comunicação política em menosprezo dos veículos e mídia convencionais. Defende em geral o Estado mínimo, mas é pródiga nos orçamentos militares e nas forças de segurança. Ocupa um espaço político que por vezes lhes foi oferecido pelo fracasso rotundo de governos provindos da esquerda, mas que se entregaram ao catecismo neoliberal sob a ardilosa ou ingênua crença na possibilidade de um capitalismo com rosto humano, um oximoro desde sempre ou, pelo menos, nos tempos de hoje.

Em alguns países, a extrema direita associa-se a versões altamente politizadas e conservadoras da religião: evangelismo pentecostal em vários

países da América Latina, catolicismo reacionário na Europa, hinduísmo político na Índia, budismo radical em Myanmar, islamismo radical no Oriente Médio. Defende as políticas neoliberais, por vezes com extremismo superior à ortodoxia do FMI. A extrema direita namora e é namorada pelos partidos de direita convencionais sempre que eles precisam de apoio às versões menos extremas de políticas neoliberais. Na presente crise humanitária, os governos de extrema direita ou de direita neoliberal falharam mais que os outros na luta contra a pandemia. Ocultaram informação, desprestigiaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia, utilizaram a crise humanitária para chicana política. Sob o pretexto de salvar a economia, correram riscos irresponsáveis, pelos quais, esperamos, serão responsabilizados. Deram a entender que uma dose de darwinismo social seria benéfica: a eliminação de parte das populações que já não interessam à economia, nem como mão de obra trabalhadora nem como fonte consumidora, ou seja, populações descartáveis, como se a economia pudesse prosperar sobre uma pilha de cadáveres. Os exemplos mais marcantes são a Inglaterra, os EUA, a Índia, o Brasil, as Filipinas e a Tailândia.

Lição 5. *O colonialismo e o patriarcado estão vivos e reforçam-se nos momentos de crise aguda*. As manifestações são múltiplas. Eis algumas delas. As epidemias de que o novo coronavírus é a mais recente manifestação só se transformam em problemas globais graves quando as populações dos países mais ricos do Norte global são atingidas. Foi o que sucedeu com a epidemia de aids. Em 2016, a malária matou 405 mil pessoas – a esmagadora maioria na África –, e isso não foi notícia. Os exemplos poderiam multiplicar-se. Ao mesmo tempo, os corpos racializados e sexualizados são sempre os mais vulneráveis perante um surto pandêmico. Seus corpos estão de partida mais vulnerabilizados pelas condições de vida que lhes são impostas socialmente, pela discriminação racial ou sexual a que são sujeitos. Quando o surto ocorre, a vulnerabilidade aumenta, porque estão mais expostos à propagação do vírus e onde os cuidados de saúde nunca chegam: favelas e periferias pobres da cidade,

aldeias remotas, campos de internamento de refugiados, prisões etc. Realizam tarefas que envolvem mais riscos, quer porque trabalham em condições que não lhes permitem proteger-se, quer porque são cuidadores da vida de outros que têm condições de se proteger. Por último, em situações de emergência, as políticas de prevenção ou de contenção nunca são de aplicação universal. São, pelo contrário, seletivas. Por vezes, são aberta e intencionalmente adeptas do darwinismo social: propõem-se garantir a sobrevivência dos corpos socialmente mais valorizados, os mais aptos e os mais necessários para a economia. Outras vezes limitam-se a esquecer ou negligenciar os corpos desvalorizados.

Lição 6. *O regresso do Estado e da comunidade*. Os três princípios de regulação das sociedades modernas são o Estado, o mercado e a comunidade. Nos últimos quarenta anos, foi dada prioridade absoluta ao princípio do mercado em detrimento do Estado e da comunidade. A privatização dos bens sociais coletivos, como a saúde, a educação, a água canalizada, a eletricidade, os serviços de correios e telecomunicações e a segurança social, foram apenas a manifestação mais visível da prioridade dada à mercantilização da vida coletiva. Mais insidiosamente, o próprio Estado e a comunidade ou sociedade civil passaram a ser geridos e avaliados pela lógica do mercado e por critérios de rentabilidade do “capital social”. Isso sucedeu tanto nos serviços públicos como nos serviços de solidariedade social. Foi assim que as universidades públicas se sujeitaram à lógica do capitalismo universitário com os *rankings* internacionais, a proletarização produtivista dos professores e a conversão dos estudantes em consumidores de serviços universitários. Foi também assim que surgiram as parcerias público-privadas, quase sempre um mecanismo de transferência de recursos públicos para o setor privado. Foi finalmente assim que as organizações de solidariedade social entraram no comércio da filantropia e do cuidado.

As pandemias mostram de maneira cruel como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências. As respostas que os Estados estão dando à crise variam de um para outro, mas nenhum pode

disfarçar sua incapacidade, sua falta de previsibilidade em relação a emergências que têm sido anunciadas como de ocorrência próxima e muito provável.

Estou certo de que nos próximos tempos esta pandemia nos dará mais lições e o fará sempre de forma cruel. Se seremos capazes de aprender, essa é por agora uma questão em aberto.

5

O FUTURO PODE COMEÇAR HOJE

A pandemia e a quarentena estão revelando que são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando isso é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum. Esta situação torna-se propícia a que se pensem alternativas ao modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver nestes primeiros anos do século XXI. Na ausência de tais alternativas, não será possível evitar a irrupção de novas pandemias, as quais, aliás, como tudo leva a crer, podem ser ainda mais letais que a atual. Ideias sobre alternativas certamente não faltarão, mas poderão elas conduzir a uma ação política que as concretize? No curto prazo, o mais provável é que, finda a quarentena, as pessoas queiram se assegurar de que o mundo que conheceram afinal não desapareceu. Regressarão sofregamente às ruas, ansiosas por voltar a circular livremente. Irão aos jardins, aos restaurantes, aos centros comerciais, visitarão parentes e amigos, regressarão às rotinas que, por mais pesadas e monótonas que tenham sido, parecerão então leves e sedutoras.

No entanto, o regresso à "normalidade" não será igualmente fácil para todos. Quando se reconstituirão os rendimentos anteriores? Estarão os empregos e os salários à espera e à disposição? Quando se recuperarão os atrasos na educação e nas carreiras? Desaparecerá o Estado de exceção que foi criado para responder à pandemia tão rapidamente quanto a pandemia? Nos casos em que se adotaram medidas de proteção para defender a vida acima dos interesses da economia, o regresso à normalidade implicará deixar de dar prioridade à

defesa da vida? Haverá vontade de pensar em alternativas quando a alternativa que se busca é a normalidade que se tinha antes da quarentena? Pensar-se-á que essa normalidade foi a que conduziu à pandemia e conduzirá a outras no futuro?

Ao contrário do que se pode imaginar, o imediato pós-quarentena não será um período propício a discutir alternativas, a menos que a normalidade da vida a que as pessoas quiserem regressar não seja de todo possível. Tenhamos em mente que, no período imediatamente anterior à pandemia, havia protestos massivos em muitos países contra as desigualdades sociais, a corrupção e a falta de proteção social. Muito provavelmente, quando terminar a quarentena, os protestos e os saques voltarão, até porque a pobreza e a pobreza extrema vão aumentar. Tal como anteriormente, os governos vão recorrer à repressão até onde for possível e, em qualquer caso, procurarão que os cidadãos baixem ainda mais as expectativas e se habituem ao novo normal.

Na ausência de alternativas, outras pandemias ocorrerão, mas essa probabilidade deixa de ser uma questão política. É que os políticos que enfrentaram esta crise já não serão os que terão de enfrentar a próxima. A meu ver, só não será assim se a cidadania organizada (partidos políticos, movimentos e organizações sociais, mobilizações espontâneas de cidadãos e cidadãs) resolver pôr fim à separação entre processos políticos e processos civilizatórios que ocorreu simbolicamente a partir da queda do Muro de Berlim. Com esse acontecimento político, consolidou-se, a partir do Norte global, a ideia de que não havia alternativa ao capitalismo e a tudo o que ele acarreta. Até então, pelo menos desde o início do século XX, o debate sobre alternativas ao capitalismo ocorria no seio do processo político, e este, na medida em que as discutia, assumia uma dimensão civilizatória. Eram postas na agenda de debate alternativas econômicas, sociais, políticas e culturais que apontavam para horizontes pós-capitalistas, modelos de desenvolvimento, de vida e de sociedade que atenuariam a agressão cada vez mais intensa à natureza induzida pelo capitalismo e tudo o que ele envolve. A grande maioria de tais

alternativas nada tinha a ver com as soluções que vigoravam do outro lado do Muro de Berlim (no socialismo soviético), mas a simples existência destas legitimava que se discutissem outras alternativas. Nisso consistia a articulação entre os processos políticos e os processos civilizatórios.

Com a queda do Muro de Berlim, essa articulação se desfez. Os debates políticos passaram a limitar-se à gestão das soluções propostas ou impostas pela (des)ordem capitalista vigente, e os debates civilizatórios, na medida em que continuaram, passaram a ocorrer fora dos processos políticos. Essa separação foi fatal porque, com ela, as sociedades deixaram de poder pensar em alternativas de vida que tornassem menos provável a ocorrência de fenômenos como o aquecimento global, os desastres ditos naturais, a perda da biodiversidade, a ocorrência cada vez mais frequente de acontecimentos meteorológicos extremos (tsunâamis, ciclones, inundações, secas, elevação do nível do mar decorrente do degelo dos glaciares) e, em resultado de tudo isso, a maior ocorrência de epidemias e de pandemias cada vez mais globais e letais.

Só com uma nova articulação entre os processos políticos e os processos civilizatórios será possível começar a pensar uma sociedade em que a humanidade assuma uma posição mais humilde no planeta que habita. Uma humanidade que se habitue a duas ideias básicas: há muito mais vida no planeta além da humana, já que esta é apenas 0,01% da vida existente no planeta; a defesa da vida do planeta no conjunto é a condição para a continuação da humanidade. De outro modo, se a vida humana continuar a pôr em causa e a destruir todas as outras vidas de que é feito o planeta terra, é de esperar que essas outras vidas se defendam da agressão causada por humanos e o façam por formas cada vez mais letais e fatais. Nesse caso, o futuro desta quarentena será um curto intervalo antes das próximas quarentenas.

A nova articulação pressupõe uma viragem epistemológica, cultural e ideológica que sustente as soluções políticas, econômicas e sociais que garantam a continuidade da vida humana digna no planeta. Essa viragem tem múltiplas implicações. A primeira de todas consiste em criar um novo senso comum, a

ideia simples e evidente de que, sobretudo nos últimos quarenta anos, vivemos em quarentena, na quarentena política, cultural e ideológica de um capitalismo fechado sobre si próprio e das discriminações raciais e sexuais sem as quais ele não pode subsistir. A quarentena provocada pela pandemia é, afinal, uma quarentena dentro de outra quarentena. Superaremos a quarentena do capitalismo quando formos capazes de imaginar o planeta como nossa casa comum e a natureza como nossa mãe originária, a quem devemos amor e respeito. Ela não nos pertence. Nós é que lhe pertencemos. Quando superarmos esta quarentena, estaremos mais livres das quarentenas provocadas por pandemias.

Sobre o autor

Boaventura de Sousa Santos é doutor em sociologia do direito pela Universidade Yale (1973), além de professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e *Distinguished Legal Scholar* da Universidade de Wisconsin-Madison. É diretor emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Autor reconhecido e premiado em diversas partes do mundo, tem escrito e publicado extensivamente nas áreas de sociologia do direito, sociologia política, epistemologia e estudos pós-coloniais, sobre movimentos sociais, globalização, democracia participativa, reforma do Estado e direitos humanos, além de fazer trabalho de campo em Portugal, no Brasil, na Colômbia, em Moçambique, em Angola, em Cabo Verde, na Bolívia e no Equador. Seus textos encontram-se traduzidos em espanhol, inglês, italiano, francês, alemão, chinês, dinamarquês e romeno. Em 2018, foi-lhe atribuído o Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais da CLACSO.

De sua vasta obra, a Boitempo publicou: *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social* (2007), *A difícil democracia: reinventar as esquerdas* (2016) e *Esquerdas do mundo, uni-vos!* (2. ed., 2019). É também poeta, com diversos livros publicados, desde *Antologia de poesia universitária*, em 1962. Em 2017, lançou, pela Confraria do Vento (Rio de Janeiro), *Crônicas de Acabária* e *Manifesto Antipteridófitas.*

Outros ebooks de Boaventura de Sousa Santos

A difícil democracia: reinventar as esquerdas

Esquerdas do mundo, uni-vos!

Siga a Boitempo

BOITEMPOEDITORIAL.COM.BR

/blogdaboitempo.com.br

/boitempo

@editoraboitempo

/tvboitempo

@boitempo

"NÃO SE PODE FALAR SOBRE MIÉVILLE
SEM USAR A PALAVRA 'BRILHANTE'." – URSULA K. LE GUIN
CHINA
MIÉVILLE
ESTAÇÃO PERDIDO
SÉRIE BAS-LAG

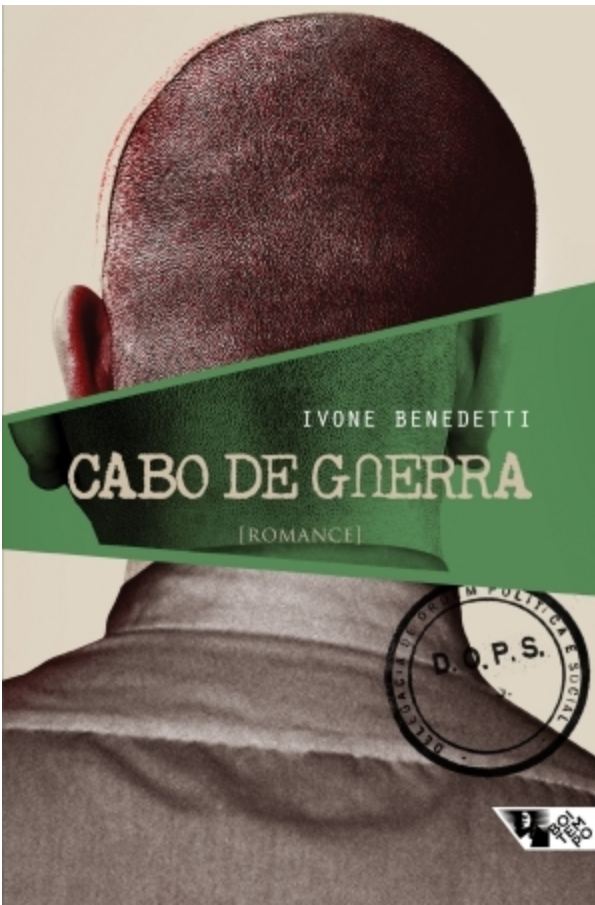
Estação Perdido

Miéville, China
9788575594902
610 páginas

Compre agora e leia

"Com seu novo romance, o colossal, intricado e visceral Estação Perdido, Miéville se desloca sem esforço entre aqueles que usam as ferramentas e armas do fantástico para definir e criar a ficção do século que está por vir." – Neil Gaiman "Não se pode falar sobre Miéville sem usar a palavra 'brilhante'." – Ursula K. Le Guin O aclamado romance que consagrou o escritor inglês China Miéville como um dos maiores nomes da fantasia e da ficção científica contemporânea. Miéville escreve fantasia, mas suas histórias passam longe de contos de fadas. Em Estação Perdido, primeiro livro de uma trilogia que lhe rendeu prêmios como o British Fantasy (2000) e o Arthur C. Clarke (2001), o leitor é levado para Nova Crobuzon, no planeta Bas-Lag, uma cidade imaginária cuja semelhança com o real provoca uma assustadora intuição: a de que a verdadeira distopia seja o mundo em que vivemos. Com pitadas de David Cronenberg e Charles Dickens, Bas-Lag é um mundo habitado por diferentes espécies racionais, dotadas de habilidades físicas e mágicas, mas ao mesmo tempo preso a uma estrutura hierárquica bastante rígida e onde os donos do poder têm a última palavra. Nesse ambiente, Estação Perdido conta a saga de Isaac Dan der Grimnebulin, excêntrico cientista que divide seu tempo

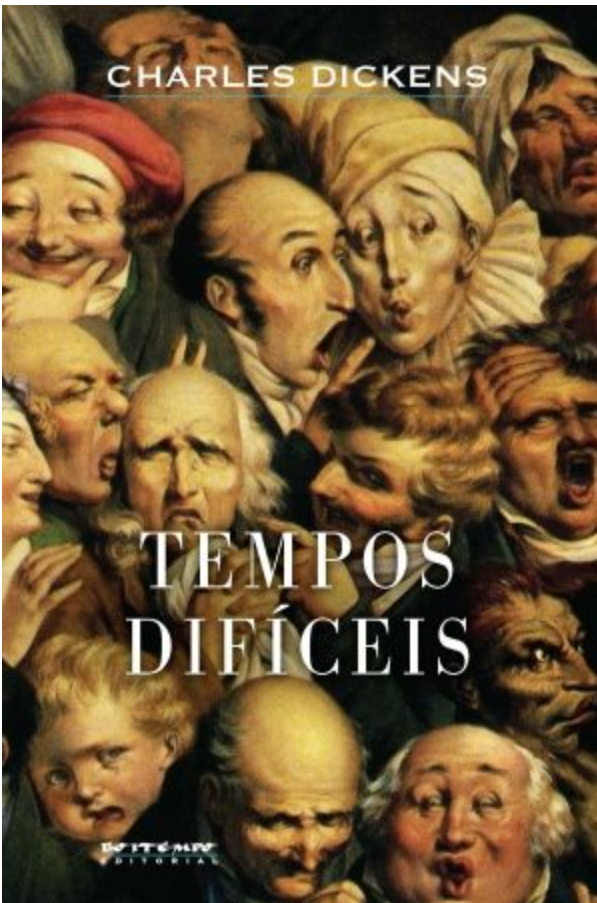
entre uma pesquisa acadêmica pouco ortodoxa e a paixão interespécies por uma artista boêmia, a impetuosa Lin, com quem se relaciona em segredo. Sua rotina será afetada pela inesperada visita de um garuda chamado Yagharek, um ser meio humano e meio pássaro que lhe pede ajuda para voltar a voar após ter as asas cortadas em um julgamento que culminou em seu exílio. Instigado pelo desafio, Isaac se lança em experimentos energéticos que logo sairão do controle, colocando em perigo a vida de todos na tumultuada e corrupta Nova Crobuzon.

IVONE BENEDETTI
CABO DE GUERRA
[ROMANCE]
D.O.P.S.

Cabo de guerra

Benedetti, Ivone
9788575594919
306 páginas

Compre agora e leia

Finalista do Prêmio São Paulo de Literatura de 2010, Ivone Benedetti lança pela Boitempo seu segundo romance, o arrebatador Cabo de guerra, que invoca fantasmas do passado militar brasileiro pela perspectiva incômoda de um homem sem convicções transformado em agente infiltrado. No final da década de 1960, um rapaz deixa o aconchego da casa materna na Bahia para tentar a sorte em São Paulo. Em meio à efervescência política da época, que não fazia parte de seus planos, ele flerta com a militância de esquerda, vai parar nos porões da ditadura e muda radicalmente de rumo, selando não apenas seu destino, mas o de muitos de seus ex-companheiros. Quarenta anos depois, ainda é difícil o balanço: como decidir entre dois lados, dois polos, duas pontas do cabo de guerra que lhe ofertaram? E, entre as visões fantasmagóricas que o assaltam desde criança e a realidade que ele acredita enxergar, esse protagonista com vocação para coadjuvante se entrega durante três dias a um estranho acerto de contas com a própria existência. Assistido por uma irmã devota e rodeado por uma série de personagens emersos de páginas infelizes, ele chafurda numa ferida eternamente aberta na história do país. Narradora talentosa, Ivone Benedetti tem pleno domínio da construção do romance. Num

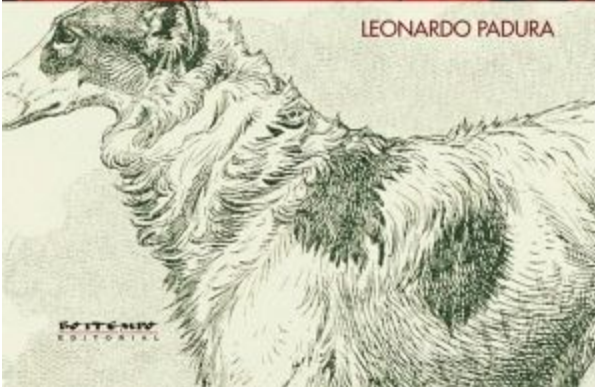
texto em que nenhum elemento aparece por acaso e no qual, a cada leitura, uma nova referência se revela, o leitor se vê completamente envolvido pela história de um protagonista desprovido de paixões, dono de uma biografia banal e indiferente à polarização política que tanto marcou a década de 1970 no Brasil. Essa figura anônima será, nessa ficção histórica, peça fundamental no desfecho de um trágico enredo. Neste Cabo de guerra, são inúmeras e incômodas as pontes lançadas entre passado e presente, entre realidade e invenção. Para mencionar apenas uma, a abordagem do ato de delação política não poderia ser mais instigante para a reflexão sobre o Brasil contemporâneo.

Tempos difíceis

Dickens, Charles
9788575594209
336 páginas

Compre agora e leia

Neste clássico da literatura, Charles Dickens trata da sociedade inglesa durante a Revolução Industrial usando como pano de fundo a fictícia e cinzenta cidade de Coketown e a história de seus habitantes. Em seu décimo romance, o autor faz uma crítica profunda às condições de vida dos trabalhadores ingleses em fins do século XIX, destacando a discrepância entre a pobreza extrema em que viviam e o conforto proporcionado aos mais ricos da Inglaterra vitoriana. Simultaneamente, lança seu olhar sagaz e bem humorado sobre como a dominação social é assegurada por meio da educação das crianças, com uma compreensão aguda de como se moldam espíritos desacostumados à contestação e prontos a obedecer à inescapável massificação de seu corpo e seu espírito. Acompanhando a trajetória de Thomas Gradgrind, "um homem de fatos e cálculos", e sua família, o livro satiriza os movimentos iluminista e positivista e triunfa ao descrever quase que de forma caricatural a sociedade industrial, transformando a própria estrutura do romance numa argumentação antiliberal. Por meio de diversas alegorias, como a escola da cidade, a fábrica e suas chaminés, a trupe circense do Sr. Sleary e a oposição entre a casa do burguês Josiah Bounderby e a de seu funcionário Stephen Blackpool, o

resultado é uma crítica à mentalidade capitalista e à exploração da força de trabalho, imposições que Dickens alertava estarem destruindo a criatividade humana e a alegria.

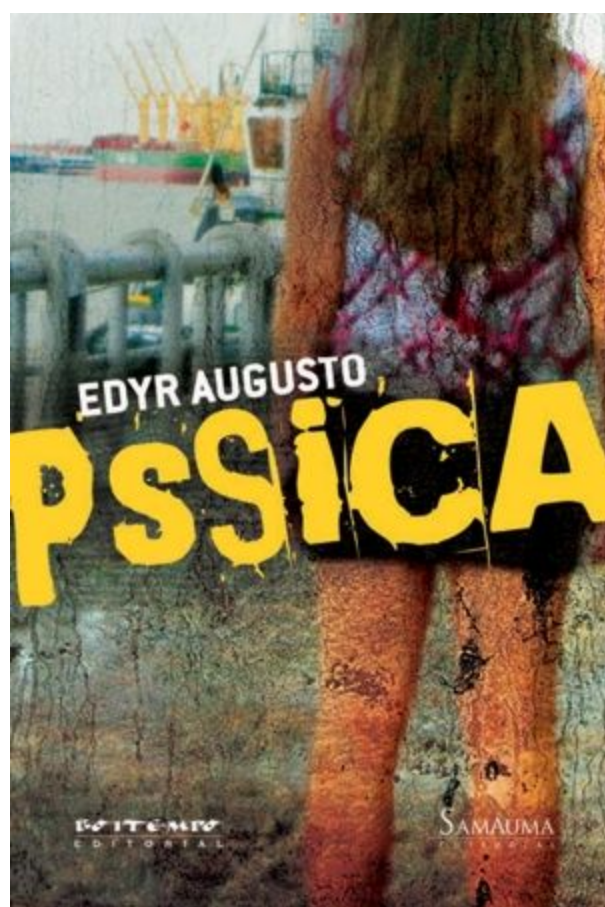
ROMANCE
O HOMEM
QUE AMAVA
OS CACHORROS
LEONARDO PADURA

O homem que amava os cachorros

Padura, Leonardo
9788575593622
592 páginas

[Compre agora e leia]

Esta premiadíssima e audaciosa obra do cubano Leonardo Padura, traduzida para vários países (como Espanha, Cuba, Argentina, Portugal, França, Inglaterra e Alemanha), é e não é uma ficção. A história é narrada, no ano de 2004, pelo personagem Iván, um aspirante a escritor que atua como veterinário em Havana e, a partir de um encontro enigmático com um homem que passeava com seus cães, retoma os últimos anos da vida do revolucionário russo Leon Trotski, seu assassinato e a história de seu algoz, o catalão Ramón Mercader, voluntário das Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola e encarregado de executá-lo. Esse ser obscuro, que Iván passa a denominar "o homem que amava os cachorros", confia a ele histórias sobre Mercader, um amigo bastante próximo, de quem conhece detalhes íntimos. Diante das descobertas, o narrador reconstrói a trajetória de Liev Davidovitch Bronstein, mais conhecido como Trotski, teórico russo e comandante do Exército Vermelho durante a Revolução de Outubro, exilado por Joseph Stalin após este assumir o controle do Partido Comunista e da URSS, e a de Ramón Mercader, o homem que empunhou a picareta que o matou, um personagem sem voz na história e que recebeu, como militante comunista, uma única tarefa: eliminar Trotski. São descritas sua

adesão ao Partido Comunista espanhol, o treinamento em Moscou, a mudança de identidade e os artifícios para ser aceito na intimidade do líder soviético, numa série de revelações que preenchem uma história pouco conhecida e coberta, ao longo dos anos, por inúmeras mistificações.

EDYR AUGUSTO
PSSICA
BOITEMPO
EDITORIAL
SAMAÚMA

Pssica

Proença, Edyr Augusto
9788575594506
96 páginas

Compre agora e leia

Após grande sucesso na França - onde teve três livros traduzidos -, o paraense Edyr Augusto lança um novo romance noir de tirar o fôlego. Em Pssica, que na gíria regional quer dizer "azar", "maldição", a narrativa se desdobra em torno do tráfico de mulheres. Uma adolescente é raptada no centro de Belém do Pará e vendida como escrava branca para casas de show e prostituição em Caiena. Um imigrante angolano vai parar em Curralinho, no Marajó, onde monta uma pequena mercearia, que é atacada por ratos d'água (ladrões que roubam mercadorias das embarcações, os piratas da Amazônia) e, em seguida, entra em uma busca frenética para vingar a esposa assassinada. Entre os assaltantes está um garoto que logo assumirá a chefia do grupo. Esses três personagens se encontram em Breves, outra cidade do Marajó, e depois voltam a estar próximos em Caiena, capital da Guiana Francesa, em uma vertiginosa jornada de sexo, roubo, garimpo, drogas e assassinatos.

Compre agora e leia